

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 8 de fevereiro de 2022 - Ata n.º 3.

Aos oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, à hora regimental, **em ambiente misto, utilizando-se do Sistema de Deliberação Misto, instituído pela Resolução n.º 19, de 15/12/2020**, com discussão e votação mista em virtude da emergência de saúde pública relacionada ao coronavírus SARS-CoV-2, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Senhor Presidente **Ademar Traiano**, secretariado pelos Senhores Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), “*sob a proteção de Deus*”, iniciou os trabalhos da **3.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Está dispensada a leitura da Ata. Consulto o 1.º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSB): Senhor Presidente, Sr.ªs Deputados e Sr.ªs Deputadas, boa tarde. Sim, há Expediente a ser lido.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Mensagens: (Encaminhadas à Diretoria Legislativa para providências.)
Mensagem n.º 1/2022 do Governador do Estado, solicitando a homologação do Decreto n.º 10081, de 14 de janeiro de 2022, expedido pelo Poder Executivo,

conforme contido no art. 4.º da Lei Estadual n.º 20374, de 29 de outubro de 2020, que concedeu isenção do ICMS nas operações de óleo lubrificante usado ou contaminado; Mensagem n.º 2/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 19/2022**), que altera a Lei n.º 19935, de 24 de setembro de 2019, que instituiu, no âmbito do Estado do Paraná, Fundo Especial do Sistema Cinco de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social.

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 788/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 758/2021, sendo convertido na Lei n.º 20922; **Ofício n.º 800/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 667/2021, sendo convertido na Lei n.º 20927; **Ofício n.º 822/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 729/2021, sendo convertido na Lei n.º 20934; **Ofício n.º 797/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 714/2021, sendo convertido na Lei n.º 20932; **Ofício n.º 801/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 742/2021, sendo convertido na Lei n.º 20936; **Ofício n.º 817/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 695/2021, sendo convertido na Lei n.º 20943; **Ofício n.º 806/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 315/2020, sendo convertido na Lei n.º 20913; **Ofício n.º 753/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 720/2021, sendo convertido na Lei n.º 20877; **Ofício n.º 750/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 682/2021, sendo convertido na Lei n.º 20887; **Ofício n.º 754/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 533/2021, sendo convertido na Lei n.º 20873; **Ofício n.º 739/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou parcialmente o Projeto de Lei Complementar n.º 8/2021 (**Veto parcial autuado sob o n.º 2/2022**), sendo convertido na Lei Complementar n.º 239; **Ofício n.º 740/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o

Projeto de Lei n.º 721/2021, sendo convertido na Lei n.º 20878; **Ofício n.º 745/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 659/2021, sendo convertido na Lei n.º 20874; **Ofício n.º 752/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 694/2021, sendo convertido na Lei n.º 20875; **Ofício n.º 778/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 315/2021, sendo convertido na Lei n.º 20890; **Ofício n.º 773/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 313/2021, sendo convertido na Lei n.º 20891; **Ofício n.º 803/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 756/2021, sendo convertido na Lei n.º 20928; **Ofício n.º 810/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 675/2021, sendo convertido na Lei n.º 20930; **Ofício n.º 805/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 677/2021, sendo convertido na Lei n.º 20931; **Ofício n.º 804/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei Complementar n.º 13/2021, sendo convertido na Lei Complementar n.º 243; **Ofício n.º 24/2022** do Governador do Estado, restituindo o Projeto de Lei n.º 139/2021 a este Poder Legislativo; **Ofício n.º 23/2022** do Governador do Estado, restituindo o Projeto de Lei n.º 318/2019 a este Poder Legislativo; **Ofício n.º 25/2022** do Governador do Estado, restituindo o Projeto de Lei n.º 741/2021 a este Poder Legislativo; **Ofício n.º 826/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou parcialmente o Projeto de Lei n.º 544/2021 (**Veto parcial atuado sob o n.º 3/2022**), sendo convertido na Lei n.º 20945; **Ofício n.º 2/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou parcialmente o Projeto de Lei n.º 782/2021 (**Veto parcial atuado sob o n.º 5/2022**), sendo convertido na Lei n.º 20949; **Ofício n.º 815/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 712/2021, sendo convertido na Lei n.º 20942; **Ofício n.º 814/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 743/2021, sendo convertido na Lei n.º 20940; **Ofício n.º 789/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 761/2021, sendo convertido na Lei n.º 20925; **Ofício n.º 820/2021** do

Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 747/2021, sendo convertido na Lei n.º 20937; **Ofício n.º 793/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 769/2021, sendo convertido na Lei n.º 20915.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Primeiro orador, Deputado Tercílio Turini.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Tercílio Turini; Luciana Rafagnin; e Anibelli Neto.

DEPUTADO TERCÍLIO TURINI (CDN): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Queria rapidamente hoje aqui comentar a respeito de um expediente que estou encaminhando para a Secretaria da Infraestrutura e Logística e também ao DER do Paraná com relação à BR-376. A BR-376, para quem não conhece, é a Rodovia do Café, rodovia que liga o Norte do Paraná ao Sul do Estado, lá de Apucarana, passando por Ortigueira, Imbaú, Ponta Grossa, até aqui próximo de Curitiba. Estamos encaminhando esse expediente porque nas últimas três semanas vim a Curitiba de carro e me surpreendi com as condições da rodovia, em um período relativamente curto, sem pedágio, estamos aí completando dois meses e meio sem pedágio, e muitos trechos dessa rodovia, da 376, desde lá, da Serra do Cadeado, passando pelo bairro dos Franças, por Ortigueira, Imbaú, Alto do Amparo, muitas depressões, ondulações, buracos na rodovia, em um período relativamente curto. O que estamos chamando a atenção do DER? Embora seja uma rodovia federal, é a BR-376, a concessão era feita com o Estado do Paraná. No meu entendimento, a responsabilidade da concessionária RodoNorte, a responsabilidade da RodoNorte não terminou no dia 27 de novembro quando terminou o contrato. Qual é a vida média que deve durar um asfalto? Não tinha que deixar que deixar o asfalto em condições? E o asfalto está deteriorando, muitos pontos já em situação perigosa. Então, acredito que o DER tem que convocar a RodoNorte para ir à rodovia e consertar realmente o asfalto que estava em condições ruins e que piorou agora. Imaginem ainda que estamos aí em um

período de iniciar a safra de verão, que vai trazer principalmente a soja para o Porto, então a rodovia deve piorar ao longo desses meses. Então, é fundamental que o DER convoque a RodoNorte para que vá fazer os reparos na rodovia, que imagino que estamos ainda sobre um período de responsabilidade da concessionária com relação à qualidade do asfalto. Esse asfalto deve ter uma vida média que deve durar meses e não aí nos dois primeiros meses já apresentar problemas na manutenção. Chamar a atenção, e chamo atenção ali no expediente, que ao longo da rodovia tem muita sujeira, tem muitos pedaços, principalmente de borracha de caminhões, aqueles borrachões, e há necessidade de que se tenha o pessoal aí que cuida das rodovias que façam realmente o acolhimento, retirem da rodovia esses manchões, que podem trazer realmente prejuízo ou acidentes para as pessoas que usam a rodovia, principalmente os carros de passeio, porque pode ocorrer acidente. Então, era só para registrar a preocupação. Acho que estamos ainda em um período inicial sem pedágio, mas é importante que a rodovia seja bem conservada. Não tenho dúvida nenhuma de que ainda é de responsabilidade da concessionária fazer esses reparos, consertar esses estragos que estão ocorrendo na rodovia. Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Cumprimentar todos que acompanham a Sessão neste dia. Senhor Presidente, antes da minha fala e o motivo de vir à tribuna neste dia, quero aqui também mostrar a minha solidariedade à Polícia Militar do nosso Estado. O Deputado Fruet ontem já falava muito bem das reivindicações da Polícia Militar, Bombeiros do nosso Estado, que estão se organizando, que estão reivindicando, o que é justo, que é a questão da regulamentação da jornada de trabalho. Essa regulamentação da jornada de trabalho falo que é justo porque está na Constituição, no seu art. 39, no parágrafo 3.º, que todo trabalhador, todo servidor que exerce um cargo público tem o direito de exercer 44 horas semanais. Então,

quando aqui vemos policiais militares do nosso Estado falando que estão cumprindo, fazendo 60 horas de jornada de trabalho, sabemos que isso com toda certeza traz um grande desgaste físico e mental aos policiais. Então, fica aqui a nossa solidariedade, fica aqui o nosso pedido que o Governador atenda à reivindicação dos policiais, que possa então regulamentar essa jornada de trabalho e também o pagamento, a indenização aí por horas extras que fazem os policiais militares. Também, Sr. Presidente, o assunto que me traz à tribuna neste dia é com relação à agricultura familiar do nosso Estado do Paraná, agricultura familiar e a estiagem que ocorre no nosso Estado. Estamos vivendo um momento bastante difícil, não só o Estado do Paraná, mas também o Estado de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, mas principalmente falando aqui do nosso Estado do Paraná, tivemos já no mês de janeiro, início de janeiro, um depoimento do Deral, no qual coloca que início de janeiro já tínhamos uma perda de 9 milhões de toneladas de grãos, entre soja, Deputado Anibelli, V.Ex.^a que conduz a Comissão de Agricultura desta Casa, entre soja, milho e feijão. Tivemos aproximadamente um cálculo aí de mais R\$ 30 milhões de perdas nessa questão da safra e da produção de grãos. Queria aqui falar que a nossa agricultura familiar representa quase 80% dos empregos gerados no campo. Então, por isso a agricultura familiar hoje pede socorro ao Governo do Estado do Paraná. Ela entregou uma pauta, essa pauta, uma pauta que foi entregue pelos quatro estados, então Mato Grosso, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, que foi entregue ao Governo Federal, e uma pauta que também foi entregue aqui ao Governador do Estado, ao Secretário da Agricultura do nosso Estado do Paraná. Essa pauta tem algumas solicitações, são medidas que precisam ser tomadas com urgência, porque quando estamos falando das perdas que aconteceram na agricultura familiar, aqui estão sendo contabilizadas pelo Deral as perdas com relação a grãos, mas aqui não está contabilizado aquilo que também produz a agricultura familiar, por exemplo, a questão do leite, em que o Estado do Paraná sempre tem ocupado aí a segunda ou terceira posição como maior produtor de leite. Hoje os produtores de leite estão totalmente desmotivados de continuar trabalhando com a produção do leite. E aqui entram prejuízos enormes

na produção do leite; aqui entram prejuízos enormes nos produtos hortifrutigranjeiros que os agricultores familiares plantam, que muitos sobrevivem e que essa é a renda dos agricultores familiares. Então, nessa pauta que foi entregue ao Governo do Estado, Deputado Hussein Bakri, nosso Líder do Governo aqui do Paraná, essa pauta que foi entregue pede um crédito emergencial para salvarmos a agricultura familiar; pede um auxílio emergencial; pede que o Governo também auxilie na proteção das nossas nascentes, das nossas fontes naturais; pede que o Governo auxilie principalmente, também, neste momento com subsídios de sementes para que os agricultores possam refazer as suas plantações, refazer, ou seja, produzir, ter aí a sua safra e poder plantar novamente e poder produzir alimento... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputada Luciana, por favor, para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Estamos falando da agricultura familiar que produz o alimento – cerca de quase 70% do alimento que vai na nossa mesa vem da agricultura familiar. E a agricultura familiar não está sendo ouvida. Tivemos uma reunião do Bloco da Agricultura Familiar agora há pouco, 13 horas tivemos uma reunião com o fórum de entidades de agricultura familiar e o fórum não está se sentindo atendido por parte do Governo naquilo que precisa ser feito com urgência. Não podemos ficar só debatendo ações que demoram para ser atendidas e que isso tem dificultado a vida dos nossos agricultores. Tem muitos pedidos dessa pauta que é urgente para podermos salvar a agricultura familiar. Volto a dizer: a agricultura familiar pede socorro ao Governo do Estado do Paraná e esperamos que o Governo possa olhar com carinho essa pauta, possa atender, salvando... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Seu tempo encerrou, Deputada. Registro a presença na Casa do Vereador de Santa Fé, Sr. Reginaldo, por solicitação do Deputado Evandro Araújo. Seja bem-vindo. Do ex-vereador de

São Miguel do Iguaçu, Sr. Agenor Peron, por solicitação do Deputado Marcio Pacheco. Sejam bem-vindos. Próximo orador, Deputado Anibelli Neto.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Boa tarde, Sr. Presidente Ademar Traiano, Sr.^s membros da Mesa Executiva, colegas Deputados, Deputadas, funcionários da Casa, amigos que nos assistem pela *TV Assembleia*. Satisfação retornar este ano desejando a todos um trabalho fantástico e que todos os sonhos e objetivos daqueles que vão atrás possam, efetivamente, acontecer. Gostaria, inicialmente, Sr. Presidente, Sr.^s e Sr.^{as} Deputadas, dizer que na condição de Presidente da Comissão de Agricultura e Pecuária – até solicitei para a Deputada Luciana Rafagnin uma cópia deste ofício para que possamos dentro da Assembleia Legislativa fazer uma série de reivindicações que efetivamente possam provocar, no bom sentido, a Ministra Tereza Cristina, nas demandas, em virtude não só desta baita seca, crise hídrica que está acontecendo, alta dos valores dos insumos, e isso, efetivamente, vai prejudicar e está prejudicando muita gente. Estive conversando com uma pessoa de Nova Prata, esses dias, começou a colher porque tinha máquina, deu 15 sacas de soja. Ou seja: vai tomar um prejuízo muito grande e isso atrapalha a economia das pequenas, médias e grandes cidades. Mas o que me traz hoje à tribuna, Sr.^s e Sr.^{as} Parlamentares, é algo que não podemos aceitar. No final do ano passado, dia 14 de dezembro, o Governo do Estado fez o Decreto n.º 9.810, dando uma perspectiva de se cobrar 12% sobre todos os créditos presumidos. Ou seja: tudo aquilo que foi feito como ajuda a alguns setores – 37 setores – serão cobrados 12%. Quero aqui acreditar que em uma medida preventiva foi feito esse Decreto para que, em caso de ter um problema muito sério financeiro, possa ser utilizado. Ele vai valer a partir de abril e será extremamente prejudicial para os 37 setores. Acreditamos na sensibilidade do Governador. Acreditamos que ele vai entender que não é por aí o melhor caminho: ou se cobra de todos os setores e não só desses 37. Entendo que tem que ser revisto, peço ao Líder Hussein Bakri, com a sua sensibilidade, que possa levar para os técnicos do Governo que isso não pode acontecer. Vejam, senhoras e senhores, são 37 setores. Faço questão de ler todos os setores para que, conjuntamente, imaginemos quantos empregos podem ser afetados, quanto na

ponta vai aumentar o valor neste momento que temos que nos unir, porque a situação, a nossa safra, a nossa crise hídrica, tem uma série de fatores que estão efetivamente não acontecendo dentro de uma normalidade. Adesivos, amendoim, arroz, amido de milho, amido de mandioca, biodiesel, fermento, aveia, bebidas lácteas, cadeados, café torrado e moído, carnes, frangos, suínos e peixes, equipamentos e implementos rodoviários, discos de alumínio, chapas adesivas, farinhas e misturas de trigo e aveia, feijão, filmes plásticos, produtos eletrônicos, leite UHT, leite cru, material reciclável, mediadores de energia, metais sanitários, microcervejaria, móveis, serviço de transporte aéreo, serviço de transporte de carga, salvados de sinistro, suínos vivos, sucos de frutas, vinhos, bobinas, tubos polímeros, pescados, bebidas e equipamentos de informática. O que significa? Quando foi dada uma condição de algo para poder ajudar esses setores, serão cobrados 12%. É algo que não podemos aceitar. E, na condição de Presidente da Comissão Agricultura, tenho sido provocado, no bom sentido, por diversos desses setores para que pudéssemos, sim, solicitar com humildade, com vontade, com compromisso de ajudar esse Governo, com o compromisso de poder na ponta a população não sentir essa atrocidade. E tenho a convicção de que será reavaliado, tenho a convicção de que esse decreto vai cair e que vamos, sim, ter a humildade de vir aqui e parabenizar o Governo pela sensibilidade. É assim que entendemos que podemos efetivamente colaborar com uma melhoria na qualidade de vida da população paranaense. Essa será a nossa linha, esse é o nosso pensamento. Vamos em frente e que possamos, sim, ao término deste ano, saber que valeram à pena todas as nossas escolhas, todas as nossas apostas, para que a população paranaense efetivamente possa estar em condição melhor. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Grande Expediente, Deputado Soldado Adriano José... Horário das Lideranças, Deputado Tadeu Veneri.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Tadeu Veneri (PT); Hussein Bakri (Governo); e Professor Lemos (Oposição).

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Ontem vim a esta tribuna e manifestei minha preocupação, Sr. Presidente, com o contrato que foi feito entre Cesumar da cidade de Maringá e a Secretaria de Estado do Paraná – que, aliás, não foi feito, foi a Seap, não a Secretaria da Educação – para que sejam ministradas aulas do novo Ensino Médio. E a eficiente jornalista Angelina publicou uma matéria no Plural – aliás, duas matérias que recomendo a quem tiver interesse e que possa ler – onde ela fala muito sobre esse acordo, essa negociação, esse contrato entre a Cesumar e o Governo do Estado. Diz ela: “21.700 alunos matriculados nas 600 turmas de educação profissional técnica e ensino médio do Paraná terão disciplinas específicas do currículo, as não constantes na BNCC. Nessa sexta-feira, dia 4, a Secretaria Seed, Secretaria de Educação, informou que neste momento são 20 professores, uma média de um professor a cada 1.085 alunos.” Ora, um professor para 1.085 alunos, Deputado Requião, é uma coisa... só falta fazer uma caixinha para colocar moeda dentro, porque é absolutamente impossível! O Professor Lemos, que é da área de educação, que alguém com 1.085 alunos, ainda que tenhamos os monitores, possa dar qualidade. Depois, na sequência, sábado, a Seed voltou a falar sobre o assunto que são pelo menos 100, mas não sabem quantos. O volume menor se ampara em uma logística desenhada pelo Estado. Essa será a primeira vez que a educação básica paranaense terá aulas regulares sob o comando do setor privado, em um modelo praticamente inédito no Brasil para o nível de especialistas. Não hesito em dizer que é uma terceirização. A Seed afirma que é uma parcerização. Só o Rio de Janeiro e o Paraná. E o Paraná, como sempre, acaba fazendo da educação um laboratório. Podemos discordar, podemos concordar, podemos ter divergências com o Secretário Feder, mas é verdade que o Secretário Feder o tempo todo defende a privatização do ensino. Tem um livro, inclusive, dizendo que não devíamos ter nem o MEC. Íamos ter todas as escolas privadas, que é uma outra leitura. Talvez seja a leitura de *voucher*, de receber créditos, mas é uma outra leitura – com a qual, obviamente, não concordamos, sem entrar no mérito do que diz o Secretário. Chama a atenção e ainda na matéria da mesma jornalista, que diz o seguinte: “No caso do Estado

fluminense o contrato foi fechado entre a Secretaria de Educação e o Senai pelo prazo de um ano, ao custo de R\$ 24 milhões e 300 mil.” No Paraná, embora a matéria seja intrínseca às escolas, foi conduzida pela Secretaria de Estado da Administração e Previdência, Seap, “Por uma questão legal, afirma o Governo”. A licitação teve como vencedor o Centro Superior de Ensino de Maringá – Unicesumar, que vai receber R\$ 38,4 milhões pelo contrato de três anos. A Unicesumar é responsável apenas por ministrar as aulas, de acordo com as definições estabelecidas pela pasta, que reiterou nessa segunda-feira, dia 7, em nota à reportagem, seguir responsável pela matriz curricular de planos e cursos, mas na prática significa que não haverá contato presencial entre alunos em sala de aula e professores que estarão nos estúdios da Unicesumar e que terão monitores em sala de aula. Como falei, ontem, monitores são responsáveis por tirar dúvidas, que não precisam ter sequer, Professor Lemos, o ensino superior, podem ter o ensino básico, o ensino médio. O edital aberto para contratação da oferta de aulas específicas fala em turmas com no máximo 35 alunos e licencia um professor a dar aulas, concomitantemente, para 20 turmas. Trinta e cinco para 20 turmas, o que significa que pode ter 700 alunos com um único professor. Falamos em 1.085. Com isso, não está descartada a possibilidade de um docente ter aulas – como falei aqui – para mais de 700 alunos. Aí, diz o Sr. Roni Miranda, que é Diretor de Educação da Seed: “O Estado não tem capacidade e estrutura para fazer aulas ao vivo. Experimentamos isso em 2020 e não conseguimos ir bem porque não é nossa expertise. A nossa expertise é trabalhar a base comum que é Matemática, História, Geografia, Filosofia e Sociologia.” Lembrando que em Filosofia foram reduzidas as aulas, uma por semana. Sociologia, uma aula por semana. Essa, talvez, seja a expertise do Estado. O estudante vai tirar suas dúvidas ao vivo. Não sabemos como, uma vez que o número de alunos é muito superior à capacidade, que terão inclusive os monitores de tirarem essas dúvidas. Aí ficam algumas outras dúvidas que levantamos. No edital, que também está lá na matéria, *no edital de registro de preço para a contratação de instituição parceira, vocês disseram que há inviabilidade de contratar professorado devido ao que chamam de sazonalidade e mutabilidade da demanda e também descarta a*

contratação de PSS, Processo Seletivo Simplificado, porque há um teto de gasto a ser respeitado. Foi feito um estudo técnico para embasar essa justificativa?

Pergunta a jornalista ao Diretor de Educação da Secretaria de Estado. A resposta dele é: *O ponto não é quantidade e nem contratação. O ponto é que são cursos muito específicos e temos a questão de ter capacidade de contratação e esse profissional no mercado. Hoje temos dificuldade.* Mas meu Deus, o Estado recebeu, só agora com o novo IPVA, mais de R\$ 2 bilhões. O Estado não tem capacidade para fazer essa contratação? Aí há uma série de questões que não vou entrar aqui, por conta do tempo, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, mas estamos fazendo aqui um pedido de informações hoje, um requerimento com um pedido de informações ao Sr. João Carlos Ortega, Chefe da Casa Civil, que vai encaminhar, claro, na sequência à Seed, porque é onde esses são distribuídos, considerando que houve, ao final de 2021, a licitação para a concessão de serviços de ensino, nos cursos técnicos integrados, da qual foi vencedora a Cesumar, Universidade de Maringá, pelo valor de R\$ 38,4 milhões, estamos solicitando que sejam fornecidas as seguintes informações e documentos: primeiro, cópia integral do contrato entre o Estado do Paraná, Secretaria de Estado da Administração e Previdência, Seap, e Centro Superior de Ensino de Maringá. Esse contrato, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, e aqueles que nos assistem pela *TV Assembleia*, por incrível que pareça, esse contrato não foi disponibilizado no Portal de Transparência. Está o extrato, mas o contrato não. Quando foi solicitado pela jornalista Argieli, do *Jornal Plural*, jornal digital, à Secretaria, eles disseram que não podem disponibilizar o contrato. Ora, não disponibiliza, não está no Portal, não está no Diário Oficial. O que tem esse contrato que não podemos ter conhecimento? Claro que acredito que teremos acesso a esse contrato, até porque o nosso papel é fazer a fiscalização de todos os atos também do Poder Executivo. Não há a menor lógica em se fazer um contrato sem que tenhamos conhecimento dele enquanto público. Segundo, os números de professores, em sala de aula, com graduação, claro, superior, na área de educação ou os monitores, quantos serão? O Estado disse que seriam, em princípio, 20, 30, agora, próximo de 100. Mas o que está no contrato? O contrato

diz que não pode passar de 35 alunos por sala. E aí fazemos uma divisão do número de alunos por 35, para sabermos como isso vai ficar. Como ficam as grades dentro das escolas, uma vez que todas as aulas serão ministradas simultaneamente, em todas as escolas naquele horário? Algumas escolas estão falando em juntar todas as aulas em um mesmo dia. Outras estão dizendo que vão tentar adaptar. A verdade é que ninguém sabe exatamente como isso vai acontecer. Como será feito, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, o conselho de classe, Professor Lemos? Como serão mensuradas e lançadas – sei que a APP já tem um estudo sobre isso, aliás, não tive acesso ainda, mas está fazendo – como serão mensuradas e lançadas as notas e como vai se aferir presença do aluno, ainda que tenha todo aquele sistema, em tempo integral, nessas aulas? Quantos e qual é a formação dos monitores que acompanharão os alunos e como será feita a sua contratação e qual o método que se utilizaram para fazer a contratação? Na verdade, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, é que estamos mais uma vez, assim como foi a experiência das escolas militarizadas no Paraná – digo experiência porque continuo insistindo que a escola não deu certo e não dará certo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado, por favor, para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Não é que eu não queria que dê certo a escola, até porque, obviamente, que desde o início falei ao Deputado Hussein que estamos apostando totalmente diferente com relação às escolas militarizadas, mas a prova é que botaram 199 escolas e depois mudaram três vezes a lei, de começar com diretores que teriam que ser oficiais e terminaram com diretores sendo praças – nada contra o praça –, mas isso mostra a diferença do início e do fim. Colocaram monitores dentro das escolas que hoje, das 199, só 54 têm. Tentamos aqui colocar, inclusive, uma emenda no projeto do Governo dizendo que, depois de um ano, sem monitores, sem professores, aliás, sem diretor, a escola voltaria ao formato anterior e não foi aceita. Agora fazem novamente uma experiência com as escolas do Paraná e há uma pergunta. O custo-aluno no Rio

de Janeiro é tão mais baixo do que o custo-aluno no Paraná? Porque a diferença é de mais de R\$ 10 milhões... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Vamos esperar a resposta ao nosso pedido de informações e é claro que a cópia do contrato e daí voltaremos a fazer mais esse debate, porque acho que ele é necessário. Obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Liderança do Governo, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, o que seria do Palmeiras se todo mundo torcesse para o Corinthians? É assim a vida! Evidentemente que não vamos concordar em tudo, Deputado Tadeu Veneri, mas a questão das escolas militarizadas é um sucesso no Paraná inteiro. Claro que tem falhas, muitas falhas, que estão sendo corrigidas. Aquele que tem a humildade de reconhecer e corrigi-las, acho que está no caminho certo. O que não pode é ser teimoso e ficar incorrendo no erro. Tem muitos erros as escolas militares, que estão sendo corrigidos, mas elas são de vital importância e reconhecidas pela população. Tenho certeza de que muitos Deputados que estão, aqui, inclusive que não fazem parte da Base, pensam iguais a mim. Repito, respeito a opinião de Vossa Excelência e dos que não concordam, à democracia é assim. Gostaria de dizer que, dentro de alguns dias, vamos aprovar um convite para o Secretário Renato Feder para vir aqui, para discutir com todos os Deputados. Acho que é muito importante para dirimir algumas dúvidas que porventura possam ser colocadas, como essa da questão do contrato. Não vejo por que não apresentar o contrato, tudo feito absolutamente à luz da transparência, com o acompanhamento da CGE. Pois não.

Deputado Tadeu Veneri (PT): Só um aparte, Deputado? O senhor colocou que o Secretário virá ao Plenário ou virá à Comissão?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): À Comissão, mas podemos convidar todos os Deputados para fazer uma reunião.

Deputado Tadeu Veneri (PT): Apresentamos um pedido ou está hoje, inclusive, para fazer um convite ao Secretário, que ele, obviamente, diga, porque é convite, quando pode, dentro do seu tempo, mas que ele venha se possível ao Plenário. Vamos recebê-lo na presença dos Deputados *on-line* ou presencial. Peço a Vossa Excelência, que pode intermediar, que ele possa vir ao Plenário. O Secretário Feder não tem problema nenhum, já conversei várias vezes com ele, pode vir aqui, independentemente das nossas diferenças, mas pode vir aqui fazer todas as explicações. Acho que em um ambiente que propiciará a todos os Deputados a fazerem suas perguntas.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O senhor tem todo o meu apoio. Todas as vezes que vieram aqui os Secretários, a despeito de concordarem ou não, sempre foram tratados com o maior respeito pela Oposição e não vejo problema nenhum. Vamos acelerar essa vinda. Pode contar comigo. Em relação a esse contrato, Vossa Excelência pode ter toda a certeza de que algum outro motivo, não sei o porquê, pode ainda não estar disponível, mas vamos disponibilizar a Vossa Excelência. Quero dizer ao Deputado Anibelli que vou me certificar do porquê desse decreto. Confesso que não se trata de uma matéria legislativa, é decreto administrativo. Não tenho conhecimento total do porquê, mas vou ter a resposta. Gostaria também de responder à Deputada Luciana e me coloco à disposição de Vossa Excelência. Não tive acesso ainda a esse documento que Vossa Excelência falou. A senhora sabe que sempre me coloquei à disposição aqui, pode contar comigo, estou à disposição, entrego-lhe uma cópia, até porque sempre vi no Secretário Ortigara e nos demais membros do Governo um respeito muito grande pela agricultura familiar. Evidentemente que não é tudo que conseguimos resolver, mas a senhora pode contar comigo. Gostaria também de

me reportar aqui que teremos por parte do Governo do Estado, amanhã, os alunos daquele Projeto, que permite a eles *Ganhar o Mundo*. Amanhã, teremos 70 alunos do Paraná que estarão embarcando para o Canadá. Quero agradecer o apoio de todos os colegas aqui, pela aprovação rápida e unânime que foi de vital importância para isso. Ademais, temos aqui tratado todos com o maior respeito, indicações, aliás, requerimentos, temos procurado dar a resposta a todos. E só finalizar o meu discurso de hoje deixando um recado aqui. Confesso para vocês, estava analisando esta questão que não é atinente a nós aqui, Deputados, a questão do fundo eleitoral. Esperava uma reação, Deputado Plauto, mais forte da sociedade. Esperava! Esperava uma reação mais forte dos partidos, dos setores organizados, da sociedade em geral! Os *caras* vão torrar R\$ 5 bilhões no momento de maior crise que o País está vivendo, pessoas passando dificuldades e está passando ao largo das reações da sociedade. Não estou vendo uma reação à altura do povo paranaense, do povo brasileiro em relação a esse dinheiro que será torrado nas eleições, que será usado a bel-prazer pelos comandantes partidários, que vão dizer, vão escolher: *Olha, este vai para você, para você e para você*. Vão fazer o rateio desse dinheiro escolhendo, em detrimento de um povo que está vivendo um momento de extrema crise. Então, assim, quero deixar registrado aqui o meu repúdio a esse dinheiro. Não sei se o TSE vai tomar alguma atitude. Estamos falando de 5 bilhões! *Mas, Deputado, você é contra?* Não, diminua o valor! É possível com 1 bilhão, enfim, as campanhas estão mais baratas hoje em dia, elas são mais tecnológicas hoje, não é mais daquele tempo em que iniciei a minha carreira, quando tinha caminhão de som, quando tínhamos que ter um monte de gasto; hoje ela é mais digital, enfim, outra dinâmica. Mas é impossível gastar R\$ 5 bilhões, não concordo com isso e quero deixar registrado aqui! Que as pessoas pensem muito bem nisso e avaliem, porque isso não pode acontecer no nosso País. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Último orador, pela Liderança do PT, Deputado Professor Lemos... *Pela ordem*, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, com base e amparo no art. 227, §1.º do Regimento Interno, com todo o respeito, solicito atenção especial dos Líderes do PSB e do PSD para a indicação para compor a Comissão Especial da PEC n.º 3/2021, que trata da implementação do ensino da língua espanhola. O prazo já se exauriu e cabe também ao Presidente da Casa nomear. Como sei que existe uma vontade dos partidos de participarem também, se pudermos agilizar e ter esses nomes ainda esta semana seria muito bom para este processo. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Arilson, procede a sua questão de ordem. Tomaremos as providências.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo em que cumprimento a população que acompanha a nossa Sessão. Estamos mais uma vez com a Polícia Militar acampada em frente à Assembleia, em frente ao Palácio Iguaçu. São inúmeras as mobilizações feitas pela Polícia Militar no último período, é a terceira vez que a polícia, em menos de um ano, vem para a capital do Estado e instala um acampamento aqui e pede socorro. Estão cobertos de razão, tanto policiais que estão na ativa quanto os policiais que estão na reserva. Policiais e Bombeiros do nosso Estado, os nossos Bombeiros também são Bombeiros Militares. E uma reivindicação muito forte vinda da Polícia Militar é para o Governo rever a lei que instituiu no Paraná o subsídio. Fui o autor da PEC n.º 64, do subsídio, apresentamos aqui em 2009, ela foi aprovada em 2010 por unanimidade aqui na Casa, transformando-se na Emenda Constitucional n.º 29, que deu comando e deu obrigação ao Poder Executivo e coube ao Governador da época, o Beto Richa, mandar para a Assembleia o Projeto de Lei regulamentando então o subsídio, fazendo a tabela. Ocorre que para os Praças houve uma injustiça, porque o que foi aprovado nesta Casa, inclusive protestei aqui, ao lado de outros Deputados, apresentei emendas aqui a pedido da Polícia Militar para corrigir aquele Projeto, mas as emendas não foram acolhidas, aí a aprovação foi do modo como o Governador Beto Richa quis. Então, foi aprovado em 2012 e implantado a

partir de maio de 2012 o chamado subsídio. Ora, houve então injustiça para Soldados, Cabos, Sargentos e Subtenentes, que são os Praças. Não houve a implantação correta, por isso precisa rever! Fiz requerimento aqui no ano passado, o estado maior da Polícia Militar respondeu positivamente dizendo que assiste razão ao requerimento que foi protocolado aqui na Casa de nossa autoria e que foi acolhido por unanimidade pelos Deputados, assiste razão ao requerimento, o Governador precisa mandar para a Assembleia um Projeto de Lei para corrigir aquela lei que implementou o subsídio para a Polícia Militar no Estado do Paraná, especialmente para os Praças. Essa é a grande reivindicação que mobilizou milhares de policiais e bombeiros que estão aqui com esta reivindicação justa. Por isso faço um apelo, que o Governador mande com urgência para cá um Projeto para fazer justiça aos Praças da Polícia Militar do Estado do Paraná. E também há reivindicação com relação à correção salarial. O salário recebeu apenas 3%, quando a inflação ultrapassa 30% e por isso também estão nas mobilizações os policiais militares. E não é só em Curitiba, há mobilizações em todo o Estado do Paraná e em Curitiba está aqui, então, na praça mais uma vez o acampamento. Deputado Soldado Fruet.

Deputado Soldado Fruet (PROS): Parabéns, Deputado, pelo discurso. É isso mesmo! E acrescento também no discurso, Deputado, a questão da carga horária, porque está sendo humanamente manter essa carga horária que está sendo colocada aos nossos policiais da ativa, 60, 70 e até 80 horas semanais tem polícia que está trabalhando. É humanamente impossível! Estamos perdendo polícia por depressão, por suicídio, por doença mental, perdendo família. Então, tem que ser revisto isso urgentemente. Não é para ontem, é urgente essa questão da carga horária!

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Quero agradecer o aparte de V.Ex.^a e ouvi ontem V.Ex.^a dizendo: *Aqui sou um Soldado*. E é verdade, o Soldado Fruet tem sido um Soldado, um combatente nesta Casa na defesa do servidor público de modo geral e em especial da Polícia Militar do nosso Estado. E sou parceiro de V.Ex.^a em uma PEC que está tramitando aqui na Casa para limitar a carga horária

semanal da polícia e dos bombeiros à carga horária dos servidores civis do Estado, que a Constituição do Paraná limita em no máximo 40 horas semanais e o que exceder é preciso pagar com hora-extra. E também, evidentemente, é preciso que tenha descanso aos nossos policiais. É humanamente impossível a jornada sem limites para a Polícia Militar do Estado do Paraná. Isso precisa ser corrigido! E essa PEC que apresentei com o Deputado Soldado Fruet ela precisa ser votada! Aliás, essa PEC já havia apresentado no mandato passado e ela não foi votada aqui. Quero fazer um apelo ao Deputado Presidente da Assembleia que coloque para votar essa PEC, porque é muito importante regulamentar a carga horária máxima da polícia no Estado do Paraná. Quero aqui também, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados e população que nos acompanha, falar do Decreto que o Governador fez publicar com a nova tabela salarial para professores e professoras do nosso Estado. Aí é um absurdo, porque 65% dos professores que estão em atividade no Paraná, por essa tabela, vão receber zero. Zero! Zero por cento, nenhum centavo! É zero. Isso da ativa. E 100% dos aposentados é zero. Então, é uma tabela que acaba com a carreira do magistério, como denunciemos aqui quando o Projeto foi votado em dezembro do ano passado. Isso que o Governo fez acaba com a carreira em pouco tempo. Agora temos a obrigação de aplicar 33% de reposição do piso, no próximo ano também tem que repor o piso, porque o piso para o professor é com base no custo aluno/ano – aumenta a receita do fundo, que é o Fundeb, que é distribuído conforme o número de estudantes matriculados, aí precisa corrigir o piso. Por que foi aprovada essa lei lá em Brasília? Para que um dia, no Brasil, o professor não receba menos do que os outros trabalhadores do serviço público, porque hoje recebe menos e no caso do Paraná recebe muito, muito menos. E aí é preciso gradativamente, com o Fundeb e corrigindo o custo/aluno todo o ano, ir puxando o piso para cima e puxando o salário de todos os professores para cima e não apenas de uma parte. No caso dessa tabela publicada, apenas 35% de quem está na ativa terá algum percentual. Lá no começo da tabela, por exemplo, não tem nenhum professor no começo da tabela, professor estatutário, porque faz tempo que não faz concurso. Então, para os estatutários é zero, para os aposentados é zero, e esta política maldita que o

Governo está implementando na educação mata a carreira em poucos anos. Daqui a pouco, o professor que está se aposentando vai receber a mesma coisa do que aquele que ingressou, e aí não é porque beneficiou o que está entrando não, é porque é obrigado a reajustar o piso, é o seguro salário e todos os outros. O que é piso com o tempo é o teto. E aí você acabou com a carreira, desestimula, e não faz chegar o salário do professor ao salário dos demais servidores do Poder Executivo. Continua o professor ganhando menos. Então, isso é uma sacanagem. Por isso que precisamos corrigir com urgência isso... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado, por favor, para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Solicitar aos colegas Deputados e Deputadas e ao Governador que faça uma mudança urgente nesse Decreto. Não pode ser zero para 65% da nossa categoria que está na ativa e ser zero para 100% de quem está aposentado. Isso é uma injustiça que precisa ser corrigida.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PATRI), Ademar Traiano (PSDB), Alexandre Amaro (Republicanos), Alexandre Curi (PSB), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSB), Bazana (PV), Cantora Mara Lima (PSC), Cobra Repórter (PSD) Coronel Lee (PSL), Cristina Silvestri (CDN), Delegado Fernando Martins (PSL), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (DEM), Elio Rusch (DEM), Evandro Araújo (PSC), Francisco Bühner (PSD), Galo (PODE), Gilberto Ribeiro (PP), Gilson de Souza (PSC), Goura (PDT), Gugu Bueno (PL), Homero Marchese (PROS), Hussein Bakri

(PSD), Jonas Guimarães (PSB), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSB), Luiz Fernando Guerra (PSL), Mabel Canto (PSC), Marcio Pacheco (PDT), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (PSD), Michele Caputo (PSDB), Nelson Luersen (PDT), Nelson Justus (DEM), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSDB), Plauto Miró (DEM), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSC), Requião Filho (MDB), Ricardo Arruda (PSL), Rodrigo Estacho (PV), Soldado Adriano José (PV), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (CDN) e Tiago Amaral (PSB) **(51 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa:** Boca Aberta Junior (PROS), Guto Silva (PSD) e Tião Medeiros (PTB) **(3 Parlamentares).**]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 15/2022**, do Deputado Alexandre Amaro, que institui, no âmbito do Estado do Paraná, o Prêmio Empresário Amigo do Esporte; **Autuado sob o n.º 16/2022**, da Deputada Cristina Silvestri, que institui, no Estado do Paraná, o Dia do Combate ao Assédio Institucional contra Mulheres e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 17/2022**, do Deputado Plauto Miró, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Luiz Renato Durski Junior; **Autuado sob o n.º 18/2022**, dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Alexandre Amaro, que altera a Lei n.º 18451, de 6 de abril de 2015, que dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná e adoção de outras providências.

Projetos de Resolução: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 1/2022**, da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referente ao mês de abril de 2021; **Autuado sob o n.º 2/2022**, da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referente ao mês de maio de 2021;

Autuado sob o n.º 3/2022, da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referente ao mês de junho de 2021; **Autuado sob o n.º 4/2022**, da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referente ao mês de julho de 2021.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 659/2019, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que dispõe sobre a conversão de milhas e outros benefícios provenientes de passagens aéreas, adquiridas com recursos públicos do Poder Legislativo e do Poder Executivo, para todos os atletas e paratletas do Estado do Paraná, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Esportes. **O Item 1 foi retirado de ofício por esta Presidência.**

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REPUBLICANOS): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Os Itens 2, 3 e 4 faremos votação agrupada.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REPUBLICANOS): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): *Pela ordem*, Deputado...

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REPUBLICANOS): Amaro.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Amaro.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REPUBLICANOS): Só queria dar uma explicação aqui para os nobres colegas que perguntaram sobre o Projeto. Está sendo retirado de pauta por três Sessões, se não me engano três Sessões, para conversarmos um pouco acerca dessa constitucionalidade, que já tinha sido construída até então com a Casa Civil, com reuniões, e com o Deputado Guto Silva, e não podemos agora por causa de uma troca mudar um combinado. Então, gostaria que tivéssemos uma reunião e levássemos o que foi colocado em conta, porque até agora o Projeto de 2019 vinha dando certo, ele não pode dar errado agora. Então, só essa gentileza. São três Sessões que o Líder pediu, retiramos para fazer esse entendimento. Obrigado, Sr. Presidente!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Com a concordância do Líder. Ok? Voltará após três Sessões. Então, vamos à votação dos Itens 2, 3 e 4 por serem matérias correlatas.

(Procedeu-se à votação em bloco dos Itens 2, 3 e 4.)

ITEM 2 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 276/2021, de autoria do Deputado Coronel Lee, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Desportiva de Airsoft de Toledo, com sede no município de Toledo. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 505/2021, de autoria dos Deputados Do Carmo e Boca Aberta Junior, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Amigos do Meio Ambiente e Animais de Rua, com sede no município de Campina da Lagoa Estado do Paraná. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 566/2021, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o Título de Utilidade Pública ao Centro de Tradições Gaúchas Posteiro dos Mananciais, com sede no município de Pinhais. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão. Em votação. Votando. Como indicam o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos dos Deputados Adelino Ribeiro, Alexandre Curi, Cobra Repórter, Delegado Jacovós, Galo, Gilberto Ribeiro, Luiz Carlos Martins, Maria Victória, Ricardo Arruda. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (40 Deputados);* **Abstenção:** *Soldado Fruet (1 Deputado);* **Não Votaram:** *Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Delegado Jacovós, Galo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (13 Deputados).]* Com 40 votos favoráveis e 1 voto contrário, **estão aprovados os Projetos.**

ITEM 5 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 170/2021, de autoria do Deputado Coronel Lee, que dispõe sobre o Programa Vizinho Solidário e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Segurança Pública. Substitutivo Geral da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Votação encerrada, Sr.ªs Deputados: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Coronel Lee,*

*Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (43 Deputados); **Votou Não:** Tadeu Veneri (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Delegado Jacovós, Galo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Luiz Carlos Martins e Tião Medeiros (10 Deputados).]* Com 43 votos favoráveis e 1 voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 170/2021.**

ITEM 6 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 625/2021, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o Título de Utilidade Pública ao Centro Infantil Menino Deus, com sede no município de Umuarama. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Votação encerrada:
[**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhner, Galo, Gilson de Souza, Goura, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (43 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Anibelli Neto, Boca Aberta Junior,

Delegado Jacovós, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Guto Silva, Luiz Claudio Romanelli, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (11 Deputados). Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 625/2021.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 5/2022, da Deputada Mabel Canto, adiado da Sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Comunicação Social e Cultura, conforme especifica.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Houve uma concordância com a Deputada em envio de expediente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Conforme acordo do Líder do Governo com a autora, **será encaminhado como envio de expediente.**

Requerimento n.º 55/2022, do Deputado Evandro Araújo, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, conforme especifica.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Envio de expediente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, **será encaminhado como envio de expediente.**

Requerimento n.º 61/2022, do Deputado Tadeu Veneri, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação e do Esporte, conforme especifica.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Também da mesma forma.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como envio de expediente.

Requerimento n.º 63/2022, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, requerendo informações e cópias da licitação e contrato firmados ou em contratação com empresas de consultoria e supervisão e fiscalização de obras rodoviárias – Lotes 01/04.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Da mesma forma.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como envio de expediente.

Requerimento n.º 65/2022, da Deputada Mabel Canto, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação e do Esporte, requerendo informações conforme especifica.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Envio de expediente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Conforme acordo do Líder do Governo com a autora, será encaminhado como envio de expediente.

Requerimento n.º 67/2022, do Deputado Soldado Fruet, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Comunicação Social e da Cultura, requerendo informações, pormenorizadas, dos gastos com publicidade realizados pelo Estado do Paraná, mediante seus órgãos e entidades vinculadas.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço, Sr. Presidente, só um parêntese aqui, peço para discutir esse do Deputado Fruet, porque ele é semelhante ao da Deputada Mabel, e ele vai avaliar a possibilidade de retirar esse Requerimento se ele entender que é semelhante ao da Deputada Mabel. Entendo que é, mas o Deputado vai até amanhã analisar. Por isso, peço para discutir esse.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ok. Adiado na forma Regimental.

Requerimento n.º 68/2022, do Deputado Ricardo Arruda, requerendo a tramitação e votação em regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 655/2021. Aprovado...

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para discutir do Arruda aí.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Oi? Para discutir qual?

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): O do Deputado Arruda que pede providências...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Pois não. Adiado na forma Regimental, então.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (PROS): *Pela ordem*, Sr. Presidente. Deputado Homero.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Homero, por favor.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (PROS): O Item 13 é um Requerimento de regime de urgência.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Exatamente. Pediram para discutir.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (PROS): Isso. Salvo melhor juízo, ele deveria ser votado agora, não?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Não, o Deputado pediu para discutir. Adiou.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PDT): Presidente, apenas para confirmar: em caso de pedido de regime de urgência há possibilidade de pedido para discutir e adiar, porque regime de urgência não tem que votar?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Pode sim. Adia-se e vota amanhã.

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 56/2022, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado, requerendo medidas urgentes com relação aos graves acidentes ocorridos na rodovia da Uva (PR-417), em Colombo; **Requerimento n.º 57/2022**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública encaminhando o Ofício n.º 83/2022 do Gabinete do Prefeito de Bandeirantes, requerendo apoio técnico e político para a construção de nova sede para a 2.ª Cia. da Polícia Militar em Bandeirantes, além de viatura caracterizada para o município de Bandeirantes; **Requerimento n.º 58/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística e ao Diretor do DER/PR, requerendo restauração asfáltica e melhorias urgentes para a rodovia Santo Inácio, PR-340, no município de Itaguajé; **Requerimento n.º 59/2022**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística e ao Diretor-Geral do DER/PR, requerendo a manutenção e conservação da BR-376, Rodovia do Café; **Requerimento n.º 60/2022**, do Deputado Paulo Litro, solicitando o registro e envio de menção honrosa à Sr.ª Luiza Zack Viante; **Requerimento n.º 62/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o registro e envio de votos de louvor e congratulações com menção honrosa ao Sr. Luiz Alberto Sudati; **Requerimento n.º 64/2022**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, requerendo a regulamentação da jornada de trabalho e banco de horas dos policiais militares e do corpo de bombeiros do Estado do

Paraná, bem como o pagamento e indenização por serviço extraordinário; **Requerimento n.º 66/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o registro e envio de votos de louvor e congratulações com menção honrosa ao Sr. Zeferino José Mazorana; **Requerimento n.º 69/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro e envio de menção honrosa ao município de Araucária; **Requerimento n.º 70/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro e envio de menção honrosa ao Pastor Carlos Soares; **Requerimento n.º 71/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro e envio de menção honrosa ao Pastor Lacerda Marchiore; **Requerimento n.º 72/2022**, do Deputado Michele Caputo, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, requerendo informações e que os Deputados desta Assembleia Legislativa acompanhem a contratação emergencial da nova empresa que administrará o ferry boat de Guaratuba.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando outra para amanhã, com a seguinte Ordem do Dia... Gente, a Sessão de amanhã, atenção, a Sessão amanhã será às 9 horas. Quem pede *pela ordem*?

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REPUBLICANOS): Presidente, todas as quartas-feiras, então, às 9 horas da manhã?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Faremos este ano todas as quartas-feiras pela manhã.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REPUBLICANOS): Obrigado, Presidente!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Michele, *pela ordem*.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Obrigado, Presidente! O senhor me ouve?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Estou ouvindo.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Estava acompanhando a Sessão atentamente. Alguém sabe o resultado do Palmeiras?

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REPUBLICANOS): Você estava assistindo ao jogo aí com essa cara aí, Michele!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Não entendi essa questão de ordem. O senhor está meio equivocado na imagem aí!

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REPUBLICANOS): Está vesgo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para amanhã, quarta-feira, dia 9 de fevereiro de 2022, às 9 horas, com a seguinte **Ordem do Dia:** 2ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 170/2021 e 625/2021; e 1ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 415/2020 e 426/2021.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 15h53, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)